

DESAFIOS E NECESSIDADES DE INCLUSÃO DE PROFISSIONAIS TRANS NO AMBIENTE ESCOLAR

CHALLENGES AND NEEDS FOR THE INCLUSION OF TRANS PROFESSIONALS IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

Emanoel José Schneider Neto¹

Flávio Aparecido de Almeida²

Feiruque de Jesus dos Santos³

RESUMO

O ambiente escolar é constituído por relações de poder baseadas na articulação entre conhecimentos, identidades e relações e representações sociais. Desse modo, torna-se imperativa a instituição de espaços para elaboração de condutas consolidativas e afirmativas que envolvam e inclusão de todos no contexto escolar, principalmente no que tange às discrepâncias e aos preconceitos existentes em relação às questões de identidade de gênero. Sob essa ótica, o objetivo deste artigo é compreender e sintetizar informações relevantes, de forma a oferecer uma visão ampliada e fundamentada acerca dos desafios e das necessidades da inclusão de profissionais trans no ambiente escolar. O artigo foi construído a partir de uma metodologia qualitativa de revisão bibliográfica, enfocando em uma análise crítica de artigos, dissertações e documentos relacionados à temática. Considerando as discussões levantadas ao longo do texto, conclui-se que há uma necessidade urgente de implementação de Políticas Públicas efetivas para a inclusão do público trans, garantindo acesso e permanência nas instituições escolares, como ocorre com qualquer outro profissional da educação. Ademais, a escola, como promotora de desenvolvimento humano, deve priorizar práticas que promovam a diversidade e a ampliação da compreensão ao que tange à identidade de gênero.

Palavras-chave: Profissionais Trans; Inclusão; Direitos Humanos; Educação.

ABSTRACT

The school environment is constituted by power relations based on the articulation of knowledge, identities, and social relations and representations. Thus, it becomes imperative to establish spaces for the development of affirmative and inclusive practices that involve the participation of everyone in the school context, especially concerning the discrepancies and prejudices related to gender identity issues. From this perspective, the objective of this article is to understand and synthesize relevant information in order to provide a broader and well-founded view of the challenges

1 Graduando do curso de Pedagogia pela Universidade La Salle (UNILASALLE), Brasil. E-mail: emanoel.jsneto@gmail.com.

2 Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Martín Lutero (UML), Estados Unidos.

E-mail: flavio.a.almeida@hotmail.com.

3 Mestrando em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Brasil. E-mail: feiruquesantos@gmail.com.



and needs of including trans professionals in the school environment. The article was developed using a qualitative methodology of literature review, focusing on a critical analysis of articles, dissertations, and documents related to the topic. Considering the discussions raised throughout the text, it is concluded that there is an urgent need to implement effective Public Policies for the inclusion of the trans community, ensuring access and permanence in educational institutions, as is the case with any other education professional. Furthermore, the school, as a promoter of human development, must prioritize practices that promote diversity and enhance the understanding of gender identity.

Keywords: Trans Professionals; Inclusion; Human Rights; Education.

RESUMEN

El entorno escolar está constituido por relaciones de poder basadas en la articulación entre conocimientos, identidades y relaciones y representaciones sociales. De este modo, se torna imperativa la creación de espacios para la elaboración de conductas afirmativas e inclusivas que involucren la participación de todos en el contexto escolar, principalmente en lo que se refiere a las discrepancias y los prejuicios existentes en relación con las cuestiones de identidad de género. Bajo esta perspectiva, el objetivo de este artículo es comprender y sintetizar información relevante, con el fin de ofrecer una visión ampliada y fundamentada sobre los desafíos y las necesidades de la inclusión de profesionales trans en el entorno escolar. El artículo se construyó a partir de una metodología cualitativa de revisión bibliográfica, enfocando en un análisis crítico de artículos, disertaciones y documentos relacionados con la temática. Considerando las discusiones planteadas a lo largo del texto, se concluye que existe una necesidad urgente de implementar Políticas Públicas efectivas para la inclusión del público trans, garantizando acceso y permanencia en las instituciones escolares, como ocurre con cualquier otro profesional de la educación. Además, la escuela, como promotora del desarrollo humano, debe priorizar prácticas que promuevan la diversidad y la ampliación de la comprensión en lo que respecta a la identidad de género.

Palabras Clave: Profesionales Trans; Inclusión; Derechos Humanos; Educación.

1. INTRODUÇÃO

A partir da contemporaneidade, com a ampliação da compreensão acerca dos Direitos Humanos, inúmeros países e regiões, dentro da geopolítica atual, têm buscado formas de expressão cada vez mais plurais e têm valorizado as liberdades individuais, atravessadas pelas implicações desses mesmos direitos. Embora os Direitos Humanos sejam uma maneira mais igualitária de assegurar as liberdades individuais, há um longo caminho a ser percorrido no que se refere ao reconhecimento das identidades de grupos social e historicamente subalternizados.

Nesse sentido, dentro da normativa padrão contemporânea, a escola, como ambiente constituído por relações de poder baseadas na articulação entre conhecimentos, identidades e representações sociais, tem sido um dos espaços privilegiados para a construção de identidades e formas de compreensão acerca do mundo e seus contextos plurais. Todavia, assim como o reconhecimento social de identidades plurais é um desafio na construção de

sociedades, a escola também enfrenta desafios na valorização de identidades e grupos não hegemônicos, havendo um reducionismo no diálogo sobre as diferenças.

A questão das pessoas trans no ambiente escolar é uma temática extremamente relevante e complexa, considerando as diversas formas de preconceito e violência existentes nesse âmbito, que geram a anulação/negação dos corpos que não se identificam com os padrões binários e cis-heteronormativos. Este artigo visa explorar os desafios enfrentados por pessoas transgêneras no ambiente educacional-escolar, destacando as questões relacionadas ao processo de inclusão e respeito à diversidade, bem como a garantia da vivência plena de sua cidadania e de seus direitos.

2. METODOLOGIA

Este artigo foi construído a partir de uma metodologia qualitativa de revisão bibliográfica, enfocando numa análise crítica de artigos, dissertações e documentos relacionados à temática. O objetivo é compreender e sintetizar informações relevantes, de forma a oferecer uma visão ampliada e fundamentada sobre o tema. A abordagem metodológica segue princípios científicos rigorosos. Além de contribuir para a ampliação do conhecimento acadêmico, o artigo busca estimular futuras pesquisas e ampliar o debate e a compreensão acerca da temática em questão.

3. OS DESAFIOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Os obstáculos para a inclusão de profissionais trans no ambiente escolar começam na construção de sua identidade de gênero. Conforme observado por Franco e Cicillini (2015: 333) e Santos *et al.* (2023: 227), desde que se identificam como pessoas trans, esses sujeitos enfrentam um ambiente hostil e violento, que impacta profundamente suas vidas e, em muitos casos, impede a conclusão dos estudos básicos. Dessa forma, a situação social restringe prematuramente as chances de ascensão social, cultural, política e econômica, corroborando para um cenário de desigualdades e vulnerabilidades que comprometem suas oportunidades de acesso e permanência no sistema educacional formal.

A inclusão de pessoas trans na escola enfrenta desafios exacerbados pela crença de que a sexualidade não deve ser discutida nesse ambiente, uma visão compartilhada por muitos professores (Medeiros, 2022: 133). Essa postura negligencia a importância de abordar questões de identidade de gênero para criar um ambiente seguro e acolhedor para todos na comunidade educativa, frequentemente fundamentadas em ideologias religiosas. A ausência de diálogo impede o desenvolvimento de práticas inclusivas e ações educativas que promovam o respeito e o acesso aos direitos fundamentais das pessoas trans. Como resultado, estudantes e profissionais trans na educação enfrentam discriminação, isolamento e dificuldades em todo o seu trajeto escolar.

A discriminação e o preconceito enfrentados por profissionais trans no ambiente escolar são questões urgentes que evidenciam profundas lacunas na promoção de uma educação inclusiva, igualitária e promotora da dignidade humana. César, Santos e Silva (2019: 580) e Ferreira e Miranda (2021: 35) concordam que professoras e professores trans são alvo de discriminação e preconceito, manifestados por colegas de trabalho, gestores, (Dias, Carvalho, Oliveira, 2016: 156) pais de estudantes e mesmo por estudantes, contribuindo para um ambiente extremamente violento, que não apenas compromete seu bem-estar emocional e psicológico, mas também dificulta o desempenho de suas funções pedagógicas e profissionais. Esse ambiente torna-se opressivo, violento e segregador, podendo se manifestar por meio de micro-agressões que, em inúmeros casos, (César, Santos, Silva, 2019: 581) colocam a construção da identidade dos profissionais trans em xeque, recorrendo muitas vezes a narrativas deterministas biológicas atreladas apenas à genitália.

A perpetuação da exclusão e discriminação no contexto educacional é agravada pela falta de suporte institucional para profissionais trans no que diz respeito às políticas educacionais. Por vezes, as pessoas pertencentes à Comunidade LGBTQIAPN+, não somente às pessoas trans, são compreendidas como subclasse e que não devem ter os mesmos direitos (Filho, 2023: 2513). Segundo Dias, Carvalho e Oliveira (2016: 153-154), gestores escolares frequentemente legitimam ações transfóbicas e LGBTfóbicas, justificando que o público cis-heteronormativo encontra dificuldades em se adaptar à presença de pessoas trans, sejam elas estudantes ou profissionais da educação. Dessa forma, a educação perde sua função de ampliar as perspectivas acerca da diversidade, do respeito e do fomento ao diálogo, e tende a reproduzir preconceitos e estereótipos historicamente perpetuados, legitimados por uma sociedade machista e cis-heteronormativa.

A saúde mental e a depressão são questões significativas enfrentadas por profissionais trans, conforme apontam Dias, Carvalho e Oliveira (2016: 155), devido a um ambiente escolar marcado frequentemente por preconceitos e discriminações. Podem aumentar sentimentos de isolamento, vulnerabilidade e ideação suicida, considerando as pressões para se adequar às normas sócio-culturais cisgêneras e a ausência de apoio adequado. Nesse sentido, o bem-estar psicológico dos profissionais trans é afetado, assim como também é prejudicada sua capacidade de exercer plenamente suas funções. Para mitigar os desafios e proporcionar uma melhora no que tange à saúde mental dessas pessoas deve haver, portanto, a promoção de um ambiente escolar inclusivo, que acolha as diferenças e promova relações interpessoais harmoniosas e respeitosas.

Mesmo com iniciativas voltadas à diversidade e inclusão, as escolas ainda são espaços onde se luta por reconhecimento e dignidade. A resistência encontrada nesses ambientes é frequentemente sustentada por preconceitos arraigados e pela falta de compreensão sobre questões de identidade de gênero, gerando escolas pouco receptivas. Como resulta-

do, profissionais trans enfrentam não apenas barreiras no acesso ao mercado de trabalho (Santos *et al.*, 2023: 227), mas também desafios na sua permanência e reconhecimento profissional dentro das instituições educativas. Superar essas dificuldades requer um diálogo contínuo e ações concretas que promovam a conscientização, a mudança cultural e o respeito às identidades de gêneros.

4. A NECESSIDADE DE INCLUSÃO COMO FORMA DE GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

A inclusão de pessoas trans depende fortemente do processo crítico e reflexivo de educação, considerando que ela é um direito universal a ser assegurado a todos, que deve ter como primazia um espaço aberto ao diálogo e inclusivo no que tange a todas as individualidades. É imprescindível que a escola proporcione um ambiente seguro, livre de preconceitos, incluindo LGBTfobia e transfobia, combatendo e eliminando qualquer forma de segregação e discriminação (Ferreira, Ribeiro, Brito, 2022: 8). Dessa forma, a educação tem a responsabilidade de ampliar a consciência, para que todos os integrantes se sintam pertencentes e respeitados em sua dignidade, além de terem suas necessidades e particularidades atendidas e preservadas.

Garantir a inclusão de profissionais trans no ambiente escolar é crucial para assegurar o direito à educação, conforme previsto pela Constituição Federal (Brasil, 1988), que garante a todos condições iguais de acesso e permanência, em consonância com os princípios de diversidade e dignidade. A presença de profissionais trans enriquece a diversidade e promove um ambiente mais plural e menos hostil. Além disso, a formação contínua dos docentes, conforme destacado por Medeiros (2022: 132), é fundamental para preparar educadores e estudantes para a diversidade, assegurando uma educação inclusiva que combate a discriminação e promove o respeito às diferenças.

A inclusão de profissionais trans no ambiente escolar é fundamental para garantir representatividade e visibilidade às pessoas trans, não-binárias e das inúmeras identidades dissidentes da norma hegemônica. “Seus corpos, gêneros e sexualidades são dissidentes. Se comunicam, se rebelam, se reinventam, produzem histórias para serem lidas”, conforme Dias (2020: 332). Nesse sentido, a presença de educadores trans em sala de aula demonstra que a diversidade de identidades de gêneros é válida e respeitada, contribuindo para a normalização dessas identidades na sociedade. Além disso, profissionais trans enriquecem o ambiente escolar com suas experiências e perspectivas únicas, promovendo uma compreensão mais profunda e empática das questões de gênero entre todos os estudantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, compreende-se a necessidade urgente de Políticas Públicas efetivas voltadas para a inclusão do público trans, no que diz respeito ao acesso e à permanência no ambiente escolar. A escola, como promotora de possibilidades de desenvolvimento humano, deve priorizar práticas e aspectos relacionados à promoção da diversidade e da igualdade de gênero. A colaboração entre acadêmicos, educadores e formuladores de Políticas Públicas é essencial para propiciar condições de transformação das realidades sociais e educativas de contextos plurais. A implementação de treinamentos e formações contínuas para os profissionais da educação pode criar um ambiente mais acolhedor e inclusivo, refletindo positivamente no desempenho e bem-estar das pessoas trans, tanto profissionais, como estudantes.

Além disso, é fundamental que a inclusão de profissionais trans no ambiente escolar seja vista como uma medida não apenas de reparação social, mas também de enriquecimento. A presença de educadores trans pode servir como modelos inspiradores e contribuir para a desconstrução de estereótipos, promovendo uma cultura de respeito, paz e compreensão das diferenças. Para alcançar esses objetivos, é necessário o comprometimento de todos os setores da sociedade, desde o governo até as instituições de ensino, garantindo que as políticas de inclusão sejam efetivamente implementadas e monitoradas. Assim, a escola cumprirá seu papel de promotora do desenvolvimento humano, atuando como um espaço onde a diversidade é valorizada e todos têm a oportunidade de assumir sua própria identidade, sem ter seus direitos negados por uma sociedade ainda marcada pelo machismo e padrões binários e cis-heteronormativos.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília: Supremo Tribunal Federal. Secretaria de Documentação, 1988. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacao-Constituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 20 Jun. 2024.

CÉSAR, M. R. de A.; SANTOS, D. B. C. D.; SILVA, A. D. Narrativas trans: docência e prostituição. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, [S. l.], v. 4, n. 11, p. 573–589, 2019. DOI: 10.31892/rbpab-2525-426X.2019.v4.n11.p573-589. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/5974>. Acesso em: 16 Jul. 2024.

DIAS, A. F. Escrivências trans* como potência. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, [S. l.], v. 29, n. 59, p. 329–344, 2020. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2020.v29.n59.p329-344. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/9932>. Acesso em: 12 Ago. 2024.

DIAS, Alfrancio Ferreira; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; OLIVEIRA, Danilo Araujo de. Notas sobre o processo de inclusão/exclusão de uma professora transexual. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 45, p. 145-158, abr. 2016. Disponível em <<http://educa.fcc>.

org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432016000100145&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 Jul. 2024. <https://doi.org/10.2015/jan.abr.v25n45.011>.

FERREIRA, F. F.; RIBEIRO, T. M. S.; BRITO, W. F. D. Percepção das pessoas Trans acerca do acesso ao mercado de trabalho. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, [S. l.], v. 11, p. e3946, 2022. DOI: 10.17267/2317-3394rpds.2022.e3946.. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/3946>. Acesso em: 11 Jun. 2024.

FERREIRA, Gisele Martins; MIRANDA, Meiri Aparecida Gurgel De Campos. Discursos docentes sobre a “aceitação” da inclusão de pessoas trans na escola. **Educação & Linguagem** - v. 24, n. 1, 27-47, jan.-jun. 2021 iSSn impresso:1415-9902 - iSSn ELEtrônico: 2176-1043. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/86729949/7801-libre.pdf?1653939222=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DChapter_Two_Literature_Review.pdf&Expires=1723489004&Signature=NskVmu04a5C-Nf9MUcnbaytvRFh0XT9AwElguzkrsPzeyvh3lX3f-fNnVK6eNLwQ-SNPgTUaZC70uRuXSHtbrPoFMxHw-63vFB7NN-NCCb4rs2QvM2KEsvf~dA3pK5Tzw0z1~iUSOJql1w3yMEQsBGxZJKd71DRBmAQlnF2Wpp-qNqiYWE1T~WmXrs9QiIR6Fs8H3joHA8Ebi48dxBLH5mCucg5lzpzcTZA2A7FqgVXXh1sdpaX3Qx0anvOpl-3cdbl5sy5H0hbDx7e2AVRxCtwECZLli74XOlx-1ci6AzR1-rdk0fp3NK90xu7LHOSwJBBpEMAMIp142HeCoF-jenvTIQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 12 Ago. 2024.

FILHO, Augusto Ferreira Ramos. Privilégio heteronormativo: uma reflexão a partir de vidas LGBTQIAPN+. **Diversitas Journal**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 2510-2525, 2023. DOI: 10.48017/dj.v8i3.2586. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/2586. Acesso em: 12 Ago. 2024.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 325-346, 2015. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v23n2/0104-026X-ref-23-2-00325.pdf>. Acesso em: 15 Jun. 2024.

MEDEIROS, Jarles Lopes de. Professoras e professores transexuais e travestis na escola: diálogos sobre formação docente e a inclusão LGBTQIA+. Orientador: Gisafran Nazareno Mota Jucá. 2022. 170 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, **Faculdade de Educação**, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/68442>. Acesso em: 20 Jun. 2024.

SANTOS, J. L. D.; GALVÃO, M. Y. R.; LEÃO, M. D. S.; MOURA, E. R. R.; AQUIME, R. H. S.; BAIA, S. A. L. D. N. A empregabilidade de pessoas trans e travestis no mercado de trabalho pelo método às cegas: um estudo de caso. **Peer Review**, [S. l.], v. 5, n. 22, p. 224-238, 2023. DOI: 10.53660/1241.prw2727. Disponível em: <https://peerw.org/index.php/journals/article/view/1241>. Acesso em: 5 Ago. 2024.

Histórico

Recebimento do original: 22/06/2024.

Aceitação para publicação: 18/08/2024

Como citar – ABNT

SCHNEIDER NETO, Emanuel José; ALMEIDA, Flávio Aparecido de; SANTOS, Feiruque de Jesus dos. Desafios e necessidades de inclusão de profissionais trans no ambiente escolar. **Revista PsiPro / PsiPro Journal**, v. 3, n. 3, 2024. <https://doi.org/10.5281/zenodo.13338470>